

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-56-0

DOI 10.22533/at.ed.560201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO E USO DO SMARTSCÓPIO: PONTES PEDAGÓGICAS ENTRE A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA	
Fernando Lourenço Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5602019031	
CAPÍTULO 2	9
AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO MILITAR: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Patricia D’Azeredo Orlando Bacciotti	
DOI 10.22533/at.ed.5602019032	
CAPÍTULO 3	21
CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROCESSOS DE CRITICIDADE GERADORES DE TRANSFORMAÇÃO	
Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter Patricia Thoma Eltz	
DOI 10.22533/at.ed.5602019033	
CAPÍTULO 4	30
O PENSAMENTO SISTÊMICO E A PRÁTICA DOCENTE NOS PROCESSOS AVALIATIVOS	
Márcia Lopes Leal Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.5602019034	
CAPÍTULO 5	38
PARADIGMA DA COMPLEXIDADE – PRINCIPIOLOGIA DE AVALIAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.5602019035	
CAPÍTULO 6	48
UMA INTELIGÊNCIA POR TODAS	
Matheus de Barros Silva Cardoso Henrique Lílian Coutinho de Barcelos Geisa Fonseca de Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5602019036	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	
CAPÍTULO 7	53
“ENXERGANDO” LONGE A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO W3C: POSSIBILIDADES ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO NA WEB	
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos	

CAPÍTULO 8 64

A VELOCIDADE E LEGIBILIDADE DA ESCRITA MANUAL DE DISLÉXICOS EM UMA TAREFA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Natália Lemes dos Santos
Monique Herrera Cardoso
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.5602019038

CAPÍTULO 9 73

ACESSIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS *ONLINE* NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO ALUNO CEGO

Isolda Veronese Moniz Vianna Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.5602019039

CAPÍTULO 10 79

AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

Taynara Maria Mendonça de Souza
Raquel Martins de Oliveira
Ana Maria Alves Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56020190310

CAPÍTULO 11 90

COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR LUDOVICENSE (UFMA, UEMA, IFMA E UNICEUMA): UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Isabel Cristina dos Santos Diniz
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.56020190311

CAPÍTULO 12 102

CONCEPÇÕES DE CUIDADO PARA INDIVÍDUOS COM TEA: POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Gabrieli Quevedo Meira
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini

DOI 10.22533/at.ed.56020190312

CAPÍTULO 13 115

DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E METAFONOLÓGICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA MISTA APÓS INTERVENÇÃO: ESTUDO DE CASO

Gabriela Franco dos Santos Liporaci
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.56020190313

CAPÍTULO 14	122
DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM: DIFERENCIANDO E COMPREENDENDO	
Miryan Cristina Buzetti Regiane da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.56020190314	
CAPÍTULO 15	128
NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Carolina Magro de Santana Braga Fabiana Maris Versuti	
DOI 10.22533/at.ed.56020190315	
CAPÍTULO 16	132
O ENSINO DA MÚSICA PARA ALUNOS SURDOS: UMA REVISÃO NACIONAL	
Brenda Novaes de Araújo Miryan Cristina Buzetti	
DOI 10.22533/at.ed.56020190316	
CAPÍTULO 17	139
O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BUSCA DE UM DIAGNÓSTICO PRECOCE VISANDO A INCLUSÃO	
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa Shirlena Campos de Souza Amaral Viviane de Oliveira Freitas Lione Cristina Maria Carvalho Delou Danielle Gonçalves Novelli Nadir Francisca Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.56020190317	
CAPÍTULO 18	155
PRÁTICAS REALIZADAS POR UNIVERSITÁRIOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Carolina Molena Rita de Cássia Petrenas Carlos Eduardo Romano	
DOI 10.22533/at.ed.56020190318	
CAPÍTULO 19	163
USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: PRATICANDO ACESSIBILIDADE	
Isabel Cristina dos Santos Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.56020190319	

CAPÍTULO 20	174
A GRAMÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO FLE: SEU LUGAR DE DIREITO	
Edson José Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56020190320	
CAPÍTULO 21	187
A ORIGEM DO UNIVERSO, DO PLANETA TERRA E DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Marcos Vinícius Ferreira Vilela Edimarcio Francisco da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.56020190321	
CAPÍTULO 22	198
APROPRIAÇÕES, USOS E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: ARTES E OFÍCIOS NA PRAÇA SETE NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	
Alexandra Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56020190322	
CAPÍTULO 23	214
A CULTURA CIRCENSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	
Sintia Otuka Rossi Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge Maria do Carmo Monteiro Kobayashi	
DOI 10.22533/at.ed.56020190323	
CAPÍTULO 24	221
DISCALCULIA: PINTANDO, CONSTRUINDO E COMPREENDENDO A TABUADA DE MULTIPLICAÇÃO	
Ana Paula de Souza Ewerson Tavares da Silva Gabriela Silva Lemes Jordana de Oliveira do Amaral Luciana Alves da Costa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56020190324	
CAPÍTULO 25	235
ODONTOLOGIA UNIFSP NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alessandra Rigotti Menezes Vinicius Humberto Nunes Luciene Patrici Papa Eduarda Gimenes Correa	
DOI 10.22533/at.ed.56020190325	
SOBRE O ORGANIZADOR	242
ÍNDICE REMISSIVO	243

AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

Data de aceite: 11/03/2020

Data de submissão: 10/12/2019

Taynara Maria Mendonça de Souza

Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos
Morrinhos – Goiás

<http://lattes.cnpq.br/966245926893246>

Raquel Martins de Oliveira

Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos
Morrinhos – Goiás

<https://orcid.org/0000-0002-6581-1088>

Ana Maria Alves Pereira dos Santos

Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos
Morrinhos – Goiás

<http://lattes.cnpq.br/6856930553489713>

RESUMO: O presente artigo busca identificar, descrever e compreender como ocorrem as políticas de financiamento para a Educação Inclusiva no Brasil. Para alcançarmos nosso objetivo, dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira, fizemos a análise documental que versa sobre o tema em questão, principalmente no Brasil, e quais são e como ocorrem as políticas de financiamento para a educação inclusiva brasileira. Na segunda parte, procedemos com as análises bibliográficas de alguns trabalhos científicos os quais abordam as temáticas: educação inclusiva e financiamento da educação

no Brasil. A presente pesquisa constatou que essa modalidade de educação é recente e que existem políticas públicas de financiamento para a Educação Inclusiva; contudo, elas precisam ser melhoradas, pois não estão de acordo com a realidade dos indivíduos envolvidos nesse processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação – Especial; Educação – Inclusiva; Políticas- Públicas, Políticas de Financiamento.

FINANCING POLICIES FOR INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This article seeks to identify, describe and understand how financing policies for Inclusive Education in Brazil occur. To achieve our goal, we divided the work into two parts. In the first, we made the documentary analysis that deals with the theme in question, mainly in Brazil, and what are and how the financing policies for Brazilian inclusive education occur. In the second part, we proceed with the bibliographical analyzes of some scientific works, which address the themes: inclusive education and education financing in Brazil. This research found that this type of education is recent and that there are public financing policies for Inclusive Education; however, they need to be improved, as they are not according to the reality of the individuals involved in this

learning process.

KEYWORDS: Education - Special, Inclusive education, Public policy, Financing Policies.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade muda de acordo com as transformações sociais e políticas, com a educação não é diferente. Sabemos que a educação na sociedade moderna não ocorre como antigamente e é partindo desse entendimento que buscaremos compreender como ocorrem as políticas de financiamento e as questões que envolvem essa temática para a Educação Inclusiva no Brasil.

O termo Educação Inclusiva (doravante EI) apareceu pela primeira vez no documento intitulado Declaração de Salamanca, em 1994. Este manuscrito afirma que a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), sejam elas de que ordem for, precisam ocorrer em escolas de Ensino Regular, pois consideram que esses ambientes são propícios para o respeito às diferenças.

A Educação Inclusiva difere-se da Educação Especial, pois esta caracteriza-se como um modelo de ensino segregado, haja vista que não era feita em ambientes de ensino formal, ou seja, escolas de Ensino Regular (ER). Ademais,

O trabalho educacional era relegado a um interminável processo de “prontidão para a alfabetização”, sem maiores perspectivas já que não havia expectativas quanto à capacidade desses indivíduos desenvolverem-se academicamente e ingressarem na cultura formal. (GLAT e FERNANDES, 2005, p. 3)

A Educação Especial é uma temática recorrente nas discussões que envolvem a escolarização, especialmente ao tratar das questões de inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade e nas escolas regulares em todos os níveis e graus. Logo, discutir Educação Inclusiva, primando a construção de uma sociedade que aceita e respeita as diferenças, é de extrema relevância.

Mediante pesquisas acerca da EI, sabe-se que incluir não é colocar o PNE em escolas de Ensino Regular, compreende dar suporte, mormente o financeiro para que essas instituições se adaptem às necessidades de seus alunos para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma efetiva, respeitando as limitações e necessidades de cada estudante.

Sabendo disso, este trabalho busca identificar, descrever e compreender como ocorrem as políticas públicas de financiamento para essa modalidade educativa. Para que possamos atingir nosso objetivo, torna-se pertinente compreender com maior propriedade o que é a educação inclusiva.

2 | O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se por Educação Inclusiva a integração e participação de todos os alunos, sem considerar suas diferenças, deficiências ou especificidades, em escolas de Ensino Regular e em todos níveis e graus.

De acordo com a pesquisadora Dra. Leny Magalhães Mrech o processo de inclusão refere-se a

Um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área da Educação Especial através de seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (MRECH, 2010, p. 4)

A mesma autora apresenta conceitos do que é inclusão e do que não é inclusão. Segundo ela, inclusão consiste em

Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência; Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; Propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; Propiciar um atendimento integrado ao professor da classe comum. (MRECH, 2010, p. 4)

Para ela inclusão não é

Levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; Ignorar as necessidades específicas da criança; Fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; Extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; Esperar que os professores de classe regular ensinem crianças portadoras de necessidades especiais sem suporte técnico. (MRECH, 2010, p. 4)

Diante do exposto, percebemos que EI vai muito além de colocar crianças com alguma limitação, seja ela física ou mental, e crianças consideradas “normais” no mesmo espaço de aprendizagem. Logo, para que a educação seja inclusiva, faz-se mister a capacitação dos profissionais da educação, para que estes saibam lidar com as necessidades específicas de seu público e respeitá-las. Ademais, *a Educação inclusiva reflete uma visão humanista da educação que entende a escola como um espaço de diversidade e democracia, cuja missão é promover a educação para todos.* (ALENCAR; ALVES; SILVA; SANTOS; CASTRO, 2016, p. 3).

Segundo Glat e Fernandes (2005) a educação de alunos portadores de necessidades educativas especiais “*tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva*”, haja vista que tradicionalmente a educação desses alunos “*se pautava num modelo de atendimento segregado*” (GLAT e FERNANDES, 2005,

p. 1).

A educação inclusiva iniciou-se nos Estados Unidos em 1975, mediante a Lei Pública 94.142 de 1975. Contudo, foi somente em meados da década de 90 que ganhou força, por meio “*dois movimentos importantes, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha,*” (ROKZI, p. 7). Como resultado da Conferência Mundial de Educação, originou a Declaração de Salamanca. Tal documento afirma que “*as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares*”, por considerar que esses espaços de educação formal “*constituem os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos...*” (MEC, 2018, p 8-9). Destarte, percebe-se que a educação inclusiva é um movimento mundial. Desse modo, é pertinente ressaltar que, apesar de recente, existem diversas pesquisas, tanto nacionais quanto internacionais, que tratam desse tema.

No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 205, destaca que a “*educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” e, em seu artigo 208, afirma que é dever do Estado assegurar “*atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*” (BRASIL, 1988). Diante disso, percebe-se que a educação, seja ela inclusiva ou não, é direito de todo cidadão brasileiro e que deve ser assegurada pelo Estado e incentivada pela família. Para os PNE, o atendimento educacional deve ocorrer preferencialmente nas escolas de Ensino Regular. Contudo, a EI passa a constar nos documentos oficiais brasileiros a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96).

A referida lei determina que os PNE sejam incluídos em escolas de ER (BRASIL, 1988). No entanto, sabemos que não basta colocá-los nessas instituições de ensino formal sem capacitar as pessoas que trabalharão em prol dessa inclusão. Todavia, é necessário pontuar que “*nem todos os casos de deficiência podem ser atendidos na escola regular*” (ALENCAR; ALVES; SILVA; SANTOS; CASTRO, 2016, p. 3).

O Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispõe a respeito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conceitua a Educação Especial como “*uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular*”. (BRASIL, 2006, p.3). Dessa forma, evidencia-se assim que a inclusão deve acontecer na escola de ensino regular e deve ser em todos os níveis e graus.

Já as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, em artigo 2º, coloca que

os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p. 69).

Portanto, as escolas de Ensino Regular devem matricular os estudantes PNE e é responsabilidade dessas instituições se organizarem para receber esses alunos, garantindo uma educação de qualidade e as condições necessárias para alcançar esse objetivo. Contudo, fica a pergunta: Como essas instituições se organizam para receber tais estudantes de forma a garantir que a educação dos mesmos esteja de acordo com as condições necessárias para que eles tenham um aprendizado de qualidade? Sabemos que, para que isso aconteça, o espaço escolar precisa ser adaptado para certos tipos de necessidades especiais. Além disso, todos os profissionais da educação e do magistério têm que ser capacitados para realizar tal função, pois a *“inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica”* (MEC-SEESP, 1998).

Apesar da Educação Inclusiva ser a palavra de ordem hodiernamente, *“na prática este modelo ainda não se configura em nosso país como uma proposta educacional amplamente difundida e compartilhada”* (GLAT e FERNANDES, 2005, p. 5). Segundo as autoras, apesar de registros de avanços nessa área, muitas instituições educacionais necessitam de melhorias em suas instalações e capacitação de funcionários para realizarem a inclusão educacional como ela é proposta tanto nos documentos oficiais internacionais quanto nos que regem essa modalidade de educação no Brasil.

Ainda, seguindo as reformulações dos documentos oficiais legislativos que tratam da EI, o Conselho Nacional de Educação – CNE publicou a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que apresenta as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Após, termos discorrido com certa brevidade sobre o conceito de educação inclusiva e a feitura das análises de alguns documentos que versam sobre a EI, faremos na sessão seguinte o estudo das políticas de financiamento para a educação inclusiva no Brasil, pois, como vimos, esse tipo de educação necessita de condições especiais para sua efetiva ocorrência.

INCLUSIVA

As políticas públicas para a Educação Inclusiva necessitam de financiamento do Estado para que elas se concretizem. Assim sendo, elas fazem parte do sistema de financiamento da educação brasileira. No entanto, de acordo com os documentos oficiais legislativos no Brasil, essa modalidade é recente, haja vista que a *“expansão do atendimento à Educação Especial, assim como as demais etapas e modalidades da educação básica, passou a ser condicionada pela política de fundos contábeis implantada a partir de 1996”*. (VIEGAS e BASSI, 2018, p. 08)

Ademais, segundo os autores, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, juntamente com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), *“alteraram a trajetória dos recursos públicos oriundos da vinculação da receita dos impostos destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecida na Constituição Federal de 1988”*. (VIEGAS e BASSI, 2018, p. 08). Convém registrar, de passagem, que o FUNDEB substituiu o extinto FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho do ano seguinte. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, quando passou a vigorar uma nova forma de redistribuição dos recursos financeiros destinados ao Ensino Fundamental, destacando ainda, que vigorou entre os anos 1998 a 2006, ou seja, 08 anos.

Continuando no ano de 1996, temos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB). A supracitada determina as orientações a serem seguidas para a Educação em todos os níveis e graus. Ela versa, em seu artigo 4º, sobre a responsabilidade do Estado em garantir os *“padrões mínimos de qualidade de ensino, definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”*. (BRASIL, 1996, art. 4º, inciso IX). Portanto, a LDB reforça o papel da União de provedora da Educação Básica, objetivando garantir a qualidade mínima para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma efetiva.

A LDB, também coloca, em artigo 8º que o papel do Estado será o de mediador/ articulador entre os entes federados no que diz respeito a Educação Básica. O texto na íntegra diz:

Art. 8º. A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração os respectivos sistemas de ensino.

§1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

Então, percebe-se que a LDB, nesse sentido, reforça o art. 211 da CF/88 no tocante ao regime colaborativo em seus sistemas educativos, pois o mesmo salienta o seguinte:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988, art. 11, incisos: I, II, III e IV).

Posto isso, buscamos compreender como é feita a distribuição dos recursos financeiros para a EB brasileira. Ao analisar a CF/88 encontramos em seu artigo 212 as orientações de como será dada essa distribuição mediante vinculação. O artigo 212 e seus respectivos incisos afirmam que

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (BRASIL, 1988, art. 11, incisos: I, II, III, IV, V e VI).

Diante do exposto, sabemos que os recursos para o financiamento da educação

são oriundos dos: os impostos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios, como também a receita proveniente de transferências que tem como origem o recolhimento de impostos, contribuição social do salário educação, outras contribuições sociais, receitas de incentivos fiscais.

No tocante ao atendimento às pessoas PNE, a CF/88, em seu artigo 213 deixa claro que “*os recursos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação*” (BRASIL, 1988, art. 213). Desse modo, observamos que a responsabilidade pelo atendimento aos alunos PNE passa a ser compartilhada com a sociedade civil organizada que compõem o chamado Terceiro Setor.

Ademais, a LDB/96 em seu art. 60, que versa sobre a educação especial deixa claro que

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Regulamento)

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Logo, o art. 60 da LDB/96, reforça o compromisso de ofertar a educação especial por meio do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos destacando a relação contraditória entre poder público e privado na história da educação especial, na política educacional e no financiamento público para a sua manutenção. Outrossim, o Poder Público atua diretamente no que diz respeito ao repasse de verbas a estas instituições, já tais instituições associam diversas fontes de receita, tais como recursos públicos e privados, em prol da prestação de seus serviços.

É importante mencionar aqui que a contagem das matrículas dos alunos PNE, a fim de repasse de verbas, é feita duas vezes, ou seja, os estudantes portadores de necessidades especiais na educação inclusiva têm valor monetário dobrado em relação aos alunos ditos “normais”.

Além disso, desde 1998, as metas do Plano Nacional para a Educação orientam a busca pela colaboração em formas de parcerias com outros órgãos públicos e com o Terceiro Setor.

4 | METODOLOGIA

A presente pesquisa foi dividida em duas etapas: primeiro, foi feita a análise documental nos documentos que legislam sobre a educação inclusiva, principalmente, no Brasil e quais são e como ocorrem as políticas de financiamento para a educação inclusiva brasileira com o fito de identificar, descrever e compreender como essa modalidade educacional ocorre nesse país.

Na segunda parte, empreenderam-se as análises bibliográficas de alguns trabalhos científicos os quais tratam das temáticas educação inclusiva e financiamento da educação no Brasil. As breves análises realizadas nesse estudo objetivaram identificar e refletir sobre quais são e como ocorrem as políticas de financiamento para a educação inclusiva no Brasil.

Depois de apresentarmos a metodologia desse artigo, teceremos as considerações finais acerca do tema proposto.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa pesquisa entendendo que atingimos o nosso objetivo de identificar, descrever e compreender como ocorrem as políticas públicas de financiamento para a educação inclusiva no Brasil. Contudo, o sentimento de inquietude ainda persiste, pois vimos que as políticas públicas de financiamento para a Educação Inclusiva necessitam de melhorias.

Entendemos que a Educação Inclusiva difere da Educação Especial, pois aquela tem como objetivo, além da instrução, primar pela inclusão social do aprendiz PNE. Os documentos oficiais que tratam dessa modalidade educacional recomendam que ela seja feita preferencialmente em escolas de Ensino Regular. No entanto, evidenciou-se a necessidade de capacitação dos profissionais da educação para que estes consigam lidar e atender às necessidades e especificidades desses alunos. Percebemos também que, quase sempre, as escolas precisam de adaptações para receber os referidos educandos. Enfim, sabemos que

A legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. (FARIAS e MENEZES, p. 1)

Por meio deste estudo identificamos e compreendemos de onde vem e como é feito o repasse das verbas para a educação. Além disso, os documentos mostraram que as matrículas desses alunos, a fim de repasse de verbas, são duplicadas. Porém,

estudos na área revelaram que as escolas brasileiras não estão preparadas da maneira como deveriam para receber esses alunos. Muitas vezes, falta capacitação profissional ou espaço adequado para atender às necessidades dos alunos PNE e, conforme exposto, percebemos que esses impasses serão sanados mediante verbas mais pujantes.

Notamos também que, apesar do Estado ser o responsável por ofertar esse tipo de educação, ele compartilha sua responsabilidade com o Terceiro Setor a fim de suprir sua falta de qualificação em relação a essa modalidade educacional. Vimos que este pode vir a acumular fontes de recursos devido a prestação de serviço para a EI.

Antes de “virar a página” para empreendermos numa nova jornada precisamos deixar claro que

Discutir a construção de uma sociedade inclusiva, que aceita e respeita as diferenças, abrange uma enormidade de aspectos, nem sempre visíveis, nem sempre sentidos, nem sempre desejados, pois temos arraigada uma cultura que valoriza a competitividade, a dominação, o mais forte. (CARNEIRO, 2016)

Motivar essa discussão é imprescindível, pois leva a formação de uma sociedade mais justa, aberta a inclusão na qual os alunos portadores de necessidades especiais serão cidadãos bem-sucedidos, os quais participam da vida em sociedade, exercem seu direito à cidadania e, principalmente, serão e terão seus direitos respeitados. É através de uma escola que inclui, aceita e respeita as especificidades de cada aluno que construiremos uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Débora do Nascimento Fernandes de; ALVES, Caroline Diniz Nóbrega; SILVA, Cleidiane de Oliveira; SANTOS, Renata Cláudia Silva; CASTRO, Renata Cláudia Silva. **Educação inclusiva, política educacional e direitos humanos: uma reflexão sobre a legislação brasileira.** Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID5338_14082016213625.pdf>. Acesso em 18 jul 2018.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone Carneiro. **A educação inclusiva para deficientes auditivos/surdos.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/007.pdf>>. Acesso em 19 jul 2018.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone Carneiro. **A consultoria técnica em educação especial e inclusiva como elemento facilitador na construção de ambientes escolares inclusivos.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/007.pdf>>. Acesso em 20 jul 2018.

FARIAS, Elizabel Maria Alberton. MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>>. Acesso em 20 jul 2018.

FONSECA, Vitor da. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem:**

uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista de Psicopedagogia. V. 31(96), 2014. P. 236-253.

GLAT, Rosana. FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** Disponível em: < <https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf>>. Acesso em 18 jul 2018.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-o-que-e-educacao-inclusiva.pdf>>. Acesso em 18 jul 2018.

ROZEK, Marlene. **A educação especial e a educação inclusiva: compreensões necessárias.** Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Applicadas/Pedagogia/A-educ%C3%A7%C3%A3o-especial-e-a-educ%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-296604.html>>. Acesso em 18 jul 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 18 jul 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 75, 76, 77, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 158, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173

Aprendizagem 3, 6, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 27, 31, 35, 36, 38, 40, 48, 50, 52, 55, 59, 62, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 96, 98, 99, 100, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 143, 157, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 195, 214, 216, 217, 219, 222, 223, 224, 234, 237

Artes 12, 24, 28, 52, 71, 114, 198, 207, 208, 212

Atribuições 9, 17, 18, 103, 158

Avaliação 15, 16, 18, 19, 20, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 65, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 98, 100, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 124, 127, 128, 130, 151, 153, 162, 193, 194, 195, 196, 208, 222, 234

C

Campos de Experiência 214, 215, 219

Cego 73, 76, 77

Compreensão do Professor 122

Computador 56, 73, 76, 98

Concepções de Autismo 102, 141

Criatividade 5, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 215, 216, 218

Cultura Circense 214, 216, 219

D

Diagnóstico Precoce 139, 140, 153, 239

Dificuldade de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127

Discalculia 124, 125, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 233, 234

Dislexia 65, 66, 67, 70, 71, 115, 116, 124, 125, 231, 232

E

Educação Especial 9, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 101, 113, 124, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 157, 158, 162

Educação Inclusiva 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 128, 129, 130, 131, 132, 158, 162

Educação Infantil 85, 113, 128, 130, 196, 214, 215, 217, 218, 219, 220

Educação Profissional 21, 22, 24, 26, 28, 194

E-Learning 73, 78

Ensino Inclusivo 129, 221

Escrita 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 98, 115, 117, 118, 120, 126, 179, 182, 183, 185, 194, 212

Escrita Manual 64, 65, 66, 67, 70

Espaços Centrais 198, 201

Estudos CTS 21, 28

F

Formação de Professores 8, 128, 157, 158, 160, 162, 187, 189, 190, 191, 195

Francês 174, 175, 180, 181, 182, 184, 185, 200

G

Gramática 15, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

I

Inclusão 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 136, 139, 140, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 169, 170, 172, 222, 223, 233

Inteligências Múltiplas 48, 49, 50, 52, 98

Interação Pessoa 73, 76

L

Leitura 33, 66, 68, 101, 106, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 133, 164

Língua Estrangeira 174, 175, 177, 182, 184, 185

M

Métodos de Estudo 48

Militar 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 189, 209

Música 132, 133, 134, 135, 136, 137, 218

N

Neurobiologia do Autismo 140

Neurociência 128

O

Ofícios 198, 204, 205, 206, 212

P

Papel 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 36, 48, 49, 84, 88, 94, 104, 107, 110, 128, 129, 136, 159, 166, 170, 174, 176, 177, 184, 192, 199, 217, 218, 239, 240

Patrimônio Cultural 198, 205, 215, 216

Pedagogo 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 124, 242

Pensamento Sistêmico 30, 32, 36, 37

Políticas de Financiamento 79, 80, 83, 87

Prática Docente 3, 30, 160, 222, 233

Psicologia Histórico-Cultural 102, 103, 107, 112

S

Surdez 132, 133, 134, 135, 136, 137

T

Tabuada Geométrica 221, 223, 224, 225, 226, 233, 234

TEA 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 140, 141, 142, 144, 153

Tecnológica 3, 21, 22, 24, 26, 28, 40, 164

Transtorno de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127, 223, 224

Transtorno do Espectro Autista 102, 106, 139, 155, 156, 159

U

UX 73, 74, 76, 78

 **Atena**
Editora

2 0 2 0